TL1504-16

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO HOMEM

45ª SESSÃO PONTO 12

Sou timorense, ex-funcionário da administração colonial portuguesa e, até a minha saída em Outubro passado, funcionário do Departamento de Informação do Governo indonésio em Timor-Leste.

Sr Presidente, meus senhores, considerando a situação geral existente em Timor-Leste desde a invasão da minha terra pelos militares indonésios, posso considerar que vivi em condições relativamente boas:

- primeiro porque fiquei em Dili e me entreguei aos invasores logo no acto da invasão, enquanto a maior parte dos meus conterrâneos refugia-se e resistia nas montanhas;
- segundo porque fui integrado no funcionalismo público da Indonésia.

Apesar disso escolhi abandonar a minha terra por não me sentir bem sob a ocupação estrangeira e para escapar a perseguições de que nenhum timorense está ao abrigo. Saí também porque queria testemunhar perante a opinião pública internacional do sofrimento do nosso povo oprimido e torturado porque continua a reclamar a sua liberdade e a lutar pelo seu direito a independência.

Presenciei inúmeras violações dos direitos humanos praticadas pelos militares indonésios. Não podendo referi-las todas, citarei as que me tocaram de mais perto:

Logo no dia seguinte à chegada das tropas indonésias em Dili, no dia 8 de Dezembro 1975, fui com um grupo de conterrâneos apresentar-me ao comando das forças invasoras. No caminho fomos controlados por uma secção militar que, reconhecendo um de nos numa fotografia duma manifestação da Fretilin, levou-o para a praia de Sota onde o mataram com rajadas de armas automáticas.

Três dias depois, em 11 de Dezembro, fui preso. Torturaram-me com choques eléctricos: ligaram os dedos polegares e colocavam entre os dedos fios ligados a electricidade ou, outras vezes, as baterias dos telefones manuais.

Em 8 de Outubro 1976 fui novamente preso, levaram-me para o edifício de Sang-Tai-Hoo e torturaram-me só porque não conseguiam pôr em funcionamento um projector de filmes de 8mm que tinham encontrado na minha casa. Obrigaram-me a pô-lo em funcionamento e, à seguir, projectaram filmes pornográficos obrigando 3 prisioneiras: uma rapariga nova e duas senhoras, a assistir a projecção. Violaram-nas e abusaram delas durante todo o dia.

Em 1978, o meu cunhado Juvenal Inácio, membro da Fretilin, foi capturado e levado para Dili. O vice-comandante dos

Serviços Secretos, um tenente-coronel chamado Bambang, autorizou a mulher e as duas filhas a visita-lo. Quando iam visita-lo pela 3a vez não puderam vê-lo porque estava a ser interrogado pelo então Ministro de Defesa, general Yusuf. No dia seguinte foram avisados que o Juvenal tinha sido levado e até hoje continua desaparecido.

Em 13 de Dezembro de 1980 fui preso e torturado pela 3a vez sob a acusação falsa de ter participado no ataque e destruição do edifício da televisão em Dili. Torturaram-me com choques eléctricos e queimaduras de cigarros porque não confessava uma coisa que não tinha feito, e porque recusava fazer as falsas acusações que me pediam contra o Administrador do Concelho de Dili, Mário Sanches da Costa e do Vice-Governador de Timor-Leste, Francisco Lopes da Cruz, ambos nomeados a estas funções pelos ocupantes. Todos os colaboradores do Vice-Governador, e eu próprio por ser responsável dum grupo musical organizado pelo mesmo, foram presos e torturados. Dirigia essa repressão o çomandante dos Serviços Secretos do Comando militar regional, Major Ali Musa.

Tendo de abreviar relatarei ainda um caso recente:

Em 9 de Julho de 1988 três estudantes de Cribas, um dos quais era meu primo Domingos Alves, foram obrigados pelas Boinas Vermelhas a ir para o mato para tentar contactar a Resistência. Levavam com eles um documento que deveria servir de justificação se fossem interceptados por qualquer Batalhão indonésio. Logo no primeiro dia foram encontrados pelo Batalhão 125 que, sem fazer caso do dito documento, prendeu os 3 jovens e, separando Domingos dos 2 outros, começou a tortura-lo à facada. Ouvindo o Domingos gritar os dois outros tentaram fugir: um foi alvejado a tiro; o segundo conseguiu chegar à aldeia onde informou os familiares. O pai do Domingos protestou junto das Boinas Vermelhas mas só no fim de 3 dias obteve autorização para ir ao local onde encontrou o corpo do filho com a cabeça separada do tronco e com os órgãos sexuais cortados e colocados na boca. De volta à aldeia recebeu ordens para não divulgar o sucedido. Foi um indonésio que me informou do caso que confirmei depois junto de familiares.

Queria também falar um pouco sobre a liberdade de deslocações e visitas.

O meu plano para sair de Timor-Leste começou a ser elaborado em 1984 quando a minha irmã e duas filhas conseguiram sair ao abrigo do programa da Cruz Vermelha Internacional para juntar-se aos meus pais na Austrália. Como era esposa de Juvenal Inácio de quem contei o desaparecimento acima, tive de pagar 2.500.000 rupias (US$1500) para obter um documento afirmando que não estava envolvida em actividades subversivas.

Aos poucos comecei a ganhar a simpatia dos Serviços Secretos. Em 1986 fui convidado a pedir uma autorização para visitar a minha família na Austrália. Fui o primeiro timorense de origem autorizado a visitar familiares no exterior, antes de mim só tinham sido autorizado chineses e mestiços. A minha ida à Austrália devia servir a propaganda indonésia, mas a minha mulher e um amigo tiveram de assinar um documento responsabilizando-os caso não regressasse.

Em 1988 consegui uma autorização para minha mulher e 5 filhos fazer uma visita aos familiares na Austrália. Fui eu desta vez a ter de assinar a declaração de responsabilidade caso não regressassem. Não podia sair do bairro sem autorização mas, invocando razões de serviço, consegui uma autorização. Fui para Kupang no Timor indonésio e daí para Jacarta. Em Jacarta consegui comprar para 9 milhões de rupias uma autorização dos Serviços Secretos (BAIS) para abandonar a Indonésia e passaportes para mim e uma cunhada. Enquanto tratávamos dos documentos, durante 14 dias, mudávamos de hotel todos os dias. Familiares nossos, incluindo a minha mulher só souberam da nossa tentativa depois de nos estarmos fora da Indonésia.

Visto que fazia parte do serviço público indonésio encarregado de organizar as visitas a Timor-Leste, julgo que poderia também prestar alguns esclarecimentos sobre essas visitas:

Qualquer visita autorizada é cuidadosamente preparada em Dili por uma comissão composta por elementos dos Serviços Secretos Militares, do Departamento de Informação ao qual pertencia, e dos Serviços de Comunicação Social do Governo de Timor-Leste. O Departamento de Informação no qual eu trabalhava é chefiado por um timorense, Mariano Lopes da Cruz, mas depende directamente do Ministério da Informação em Jacarta e é constituído a 95 % por funcionários vindos da Indonésia.

Para as visitas fora de Dili alguns membros do meu serviço, sempre indonésios, são enviados nos possíveis locais de visita: organizam a recepção, escolhem os locais a visitar (hospital, escola) e as pessoas que poderão falar com os visitantes. A população recebe indicações para não intervir em qualquer entrevista e limitar-se a gritar "Não à independência, não à Portugal, queremos a integração" e "viva a Indonésia".

Estes são, muito sucintamente, alguns aspectos da repressão à qual é submetido o meu povo; poderia falar de muitos outros mas o tempo que me é concedido não o permite.

Senhores membros da Comissão, suplico-vós e aos Governos que representam de analisar com a maior atenção esta situação de

violência generalizada que afecta Timor-Leste há mais de 13 anos.

Sr Presidente, meus senhores, não queria acabar sem assinalar que, já fora de Timor, chegou às minhas mãos uma carta que eu teria escrito para denunciar o chefe dos serviços indonésios de informação em Timor-Leste, o meu conterrâneo Mariano Lopes da Cruz. Quero afirmar aqui, que nunca escrevi essa carta nem conheço o suposto funcionário indonésio cujo nome aparece ao lado do meu. Trata-se sem dúvida duma manobra para tentar dividir os timorenses e para exercer represálias sobre um timorense que não é responsável pela minha saída porque escondi-a mesmo aos amigos e familiares mais íntimos.

Porque não tenho confiança na justiça das autoridades indonésias peço que tomem providências para que ninguém sofre por causa da minha saída.

JOÃO MARIA DOS REIS

ANTI-SLAVERY SOCIETY

2 DE MARÇO DE 1989